



PDTIC

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

2025/2028



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. OBJETIVO
3. PERÍODO DE VIGÊNCIA
4. TERMOS E ABREVIACÕES
5. METODOLOGIA
 - 5.1. Planejamento Inicial
 - 5.2. Diagnóstico Situacional
 - 5.3. Definição Estratégica
 - 5.4. Planejamento de Ações e Investimentos
 - 5.5. Validação e Aprovação
 - 5.6. Acompanhamento e Revisão
6. DIAGNÓSTICO ATUAL
 - 6.1. Inventário de Equipamentos de TI
 - 6.2. Equipamentos Locados
 - 6.3. Equipamentos de Impressão
 - 6.4. Análise do Cenário Atual
 - 6.5. Direcionamento Estratégico
 - 6.6. Sistemas Utilizados
 - 6.7. Serviços de Internet e Telefonia
 - 6.8. Pessoal de TI
7. REFERENCIAL ESTRATÉGICO
 - 7.1. Missão
 - 7.2. Visão
 - 7.3. Valores
 - 7.4. Análise SWOT
8. NECESSIDADES E DEMANDAS
 - 8.1. Administração / Finanças / Tributação
 - 8.2. Saúde
 - 8.3. Educação
 - 8.4. Assistência Social
 - 8.5. Obras / Serviços Urbanos / Agricultura / Meio Ambiente
 - 8.6. Gabinete / Comunicação
 - 8.7. Demandas Gerais de Infraestrutura e Segurança de TI
9. PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS (2025–2028)
 - 9.1. Curto Prazo (dezembro/2025–dezembro/2026)
 - 9.2. Médio Prazo (janeiro/2027–dezembro/2027)
 - 9.3. Longo Prazo (janeiro/2028–dezembro/2028)
10. DIRETRIZES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
 - 10.1. Alinhamento com o PPA e demais planos municipais



- 10.2. Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (2025–2028)
- 11. PLANO DE AÇÕES E METAS
 - 11.1. Ações Prioritárias (Curto Prazo)
 - 11.2. Ações Estratégicas (Médio Prazo)
 - 11.3. Ações Avançadas (Longo Prazo)
- 12. GOVERNANÇA DE TIC
 - 12.1. Estrutura de Governança
 - 12.2. Atribuições do CGTIC
 - 12.3. Forma de Acompanhamento e Avaliação
 - 12.4. Revisões Periódicas
 - 12.5. Transparência
- 13. GESTÃO DE RISCOS DE TIC
 - 13.1. Metodologia
 - 13.2. Critérios de Avaliação de Riscos
 - 13.3. Matriz de Riscos de TIC
 - 13.4. Tratamento dos Riscos
 - 13.5. Responsabilidades
 - 13.6. Monitoramento e Revisão
- 14. CONSIDERAÇÕES FINAIS



1. APRESENTAÇÃO

O município de Itirapuã, localizado no interior do Estado de São Paulo, pertence à região administrativa de Franca. Segundo o IBGE, a população é de aproximadamente 5,8 mil habitantes (estimativa 2025), distribuídos em uma área territorial de 151,5 km², resultando em uma densidade demográfica baixa, característica de municípios de pequeno porte.

A economia local é fortemente baseada na agropecuária, com destaque para o café, cana-de-açúcar e pecuária bovina, além de pequenas atividades de comércio e serviços. O município possui receita orçamentária restrita, o que impõe desafios à gestão pública, especialmente quanto à modernização dos serviços.

Na área social, Itirapuã apresenta índices de escolarização e acesso à saúde compatíveis com municípios de porte semelhante, mas ainda enfrenta limitações no que se refere à oferta de serviços digitais ao cidadão e à infraestrutura tecnológica disponível para suportar a transformação digital.

A gestão municipal busca alinhar-se às diretrizes de governo digital estabelecidas pela Estratégia de Governo Digital (EGD) federal e pelas políticas estaduais, de forma a modernizar processos internos, ampliar a transparência, otimizar recursos e aproximar o cidadão da administração pública.

Neste contexto, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) surge como um instrumento estratégico essencial para orientar investimentos em tecnologia, definir prioridades e estabelecer um modelo de governança digital que possibilite:

- Adoção de soluções inovadoras e sustentáveis;
- Maior eficiência na prestação de serviços públicos;
- Melhoria da comunicação entre gestão, servidores e cidadãos;
- Aumento da segurança da informação, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

Assim, a contextualização de Itirapuã reforça a importância de um PDTIC alinhado à realidade municipal, garantindo que os recursos de TI sejam aplicados de forma planejada, eficaz e voltada às necessidades da população.

Indicador	Valor	Fonte / Referência
Estimativa de população (2025)	5.857 habitantes	IBGE, referência 1º de julho de 2024



2. OBJETIVO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) tem como objetivo orientar, planejar e organizar as ações de tecnologia da informação e comunicação (TIC) da Prefeitura Municipal de Itirapuã (PMI), de forma a assegurar que os recursos tecnológicos sejam utilizados de maneira eficiente, transparente e sustentável, em alinhamento com as diretrizes estratégicas da administração pública.

O PDTIC busca:

- Modernizar a gestão pública, promovendo maior integração entre setores e processos;
- Ampliar a oferta de serviços digitais ao cidadão, com foco em acessibilidade, praticidade e inclusão;
- Aprimorar a governança de TIC, garantindo planejamento, controle e avaliação contínua das iniciativas;
- Fortalecer a segurança da informação e a confiabilidade dos dados, assegurando a proteção das informações municipais e dos cidadãos;
- Racionalizar investimentos em tecnologia, priorizando soluções inovadoras e sustentáveis que gerem valor público;
- Apoiar a transformação digital do município, alinhando-se às diretrizes estaduais e federais de governo digital.

3. PERÍODO DE VIGÊNCIA

O PDTIC terá vigência de dezembro de 2025 a dezembro de 2028, correspondente ao período 2025–2028.

A definição desse período considera fatores essenciais para a gestão eficiente de TIC no setor público, garantindo:

- Alinhamento com o planejamento público municipal, os ciclos de gestão e os objetivos estratégicos da administração;
- Tempo adequado para implementação, acompanhamento e avaliação das iniciativas, incluindo projetos de infraestrutura, contratação de sistemas, modernização de processos e aquisição de equipamentos;
- Flexibilidade para revisões anuais, possibilitando que o PDTIC seja atualizado conforme surgirem novas demandas, evolução tecnológica, mudanças legais, necessidades identificadas ou situações emergenciais;
- Segurança na priorização de investimentos, ao oferecer um intervalo de tempo adequado para planejamento financeiro, estudos técnicos, aquisições de alto impacto e consolidação de resultados.

Assim, a vigência de três anos assegura previsibilidade, organização e controle sobre as iniciativas de tecnologia, permitindo que o Município avance na transformação digital com responsabilidade, eficiência e aderência às boas práticas de gestão pública.



4. TERMOS E ABREVIACÕES

AD	Active Directory
AP	Access Point (Ponto de Acesso sem fio)
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CFTV	Circuito Fechado de Televisão
CGTIC	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
CPU	Central Processing Unit (Processador)
DDR	Double Data Rate (Taxa de Transferência Dupla)
DVR	Digital Video Recorder (Gravador de Vídeo Digital)
EGD	Estratégia de Governo Digital
ESF	Estratégia Saúde da Família
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GIS	Geographic Information System (Sistema de Georreferenciamento)
HDD	Hard Disk Drive
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP	Internet Protocol
LAI	Lei de Acesso à Informação
LAN	Local Area Network (Rede Local)
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LOA	Lei Orçamentária Anual
NVR	Network Video Recorder (Gravador de Vídeo em Rede)
PABX	Private Automatic Branch Exchange (Central Telefônica)
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEC	Prontuário Eletrônico do Cidadão



PMI	Prefeitura Municipal de Itirapuã
PPA	Plano Plurianual
QOS	Quality of Service (Qualidade de Serviço)
RAM	Random Access Memory (Memória de Acesso Aleatório)
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIP	Session Initiation Protocol (Protocolo de Iniciação de Sessão)
SIP Trunk	Tronco telefônico digital baseado no protocolo SIP
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SSD	Solid State Drive (Unidade de Estado Sólido)
SWOT	Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
VLAN	Virtual Local Area Network (Rede Local Virtual)
VoIP	Voice over IP (Telefonia por IP)
Wi-Fi	Wireless Fidelity (Rede sem fio)

5. METODOLOGIA

A elaboração do PDTIC do Município de Itirapuã – 2025 a 2028 foi conduzida de forma participativa, estruturada e alinhada às boas práticas de governança de TIC preconizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria de Governo Digital, pelo SISP, além de referenciais do Siorg e do Gespública.

O processo metodológico adotado foi organizado em etapas, garantindo profundidade técnica e coerência entre diagnóstico, planejamento e execução:

5.1. Planejamento Inicial

- Definição da equipe responsável pela elaboração e acompanhamento do PDTIC;
- Estabelecimento do escopo, premissas, objetivos e período de vigência do plano;



Levantamento dos referenciais normativos e documentos estratégicos, incluindo PPA, LDO, LOA, Estratégia de Governo Digital (EGD) e legislações municipais aplicáveis.

5.2. Diagnóstico Situacional

Levantamento do inventário dos ativos de TIC (equipamentos, sistemas, redes, contratos e serviços existentes);

Avaliação do grau de maturidade em governança e gestão de TI;

Identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças por meio da Matriz SWOT;

Coleta das necessidades e demandas das secretarias e setores administrativos.

5.3. Definição Estratégica

Formulação da missão, visão e princípios que nortearão o PDTIC;

Estabelecimento dos objetivos estratégicos de TIC para o período;

Alinhamento das iniciativas às diretrizes de governo digital e aos objetivos estratégicos da gestão municipal.

5.4. Planejamento de Ações e Investimentos

Construção do portfólio de projetos e iniciativas prioritárias de TIC;

Priorização das ações com base em critérios como impacto, urgência, custo e viabilidade técnica;

Definição de indicadores, métricas e metas para monitoramento periódico.

5.5. Validação e Aprovação

Consolidação técnica do documento final;

Validação pela equipe gestora responsável;

Aprovação pelas instâncias competentes da Prefeitura Municipal;

Publicação oficial do PDTIC para vigência.

5.6. Acompanhamento e Revisão

Monitoramento contínuo da execução das ações previstas ao longo da vigência;

Elaboração de relatórios de acompanhamento anuais, contendo evolução, resultados, ajustes e recomendações;

Realização de revisões intermediárias quando necessário, especialmente diante de mudanças tecnológicas, legais, orçamentárias ou organizacionais significativas.

6. DIAGNÓSTICO ATUAL

6.1 Inventário de Equipamentos de TI

O parque tecnológico da Prefeitura Municipal de Itirapuã é composto por computadores, notebooks, impressoras e demais dispositivos distribuídos entre as secretarias. De forma geral, os equipamentos apresentam nível elevado de obsolescência, comprometendo o desempenho e a continuidade das atividades administrativas.



Situação atual dos equipamentos:

- A maior parte dos computadores ainda utiliza processadores de 4ª a 6ª geração ou inferiores, considerados defasados para padrões atuais;
- Grande quantidade de máquinas com discos rígidos (HDD), que possuem desempenho significativamente inferior ao ideal;
- Uso comum de memórias DDR3 e DDR2, limitando a capacidade de processamento;
- Presença de notebooks com configurações básicas, insuficientes para softwares modernos;
- Impressoras de diversos modelos, muitas das quais:
 - com tecnologia antiga,
 - sem conectividade adequada via rede,
 - sendo compartilhadas diretamente por computadores individuais;
- Existência de impressoras e computadores alugados;
- Equipamentos de CFTV com DVRs antigos e câmeras analógicas, sem modernização recente;
- Switches predominantemente não gerenciáveis, alguns ainda operando em 10/100 Mbps, sem suporte a VLAN, QoS ou monitoramento;
- Roteadores domésticos distribuídos pelos prédios, criando múltiplas redes internas sem padronização ou controle centralizado;
- Access Points (APs) simples, sem gerenciamento unificado, com sinal irregular e instalações improvisadas;
- Ausência de firewall corporativo dedicado, sendo utilizado apenas um RB2011iL da provedora de internet, sem controle total pela Prefeitura;
- Cabeamento e acessórios de rede (patch cords, tomadas, adaptadores) em condições heterogêneas e sem padronização.

Resumo do inventário:

Computadores ativos: 112, sendo 52 próprios e 60 locados.

- 19 equipamentos com processadores Intel Core i5 (3ª a 6ª geração);
- 11 equipamentos com processadores Intel Core i3 (2ª a 3ª geração);
- 4 equipamentos com processadores AMD A10;
- 14 equipamentos com processadores Intel Celeron;
- 4 equipamentos com processadores de entrada ou obsoletos (Pentium, Core 2 Duo e Dual Core);

Observa-se que parte significativa dos equipamentos próprios apresenta defasagem tecnológica, especialmente aqueles equipados com processadores de entrada ou de gerações mais antigas, o que impacta diretamente no desempenho das atividades administrativas e operacionais.

Além disso, verifica-se a existência de heterogeneidade no parque computacional, com diferentes configurações de hardware, o que dificulta a padronização, manutenção e gestão dos ativos de TIC.



6.2 – Equipamentos Locados

O Município adota, como estratégia de modernização do parque tecnológico, a locação de equipamentos de informática, conforme contrato vigente:

- 50 (cinquenta) computadores com processadores Intel Core i5 6500 (locados);
- 10 (dez) computadores com processadores Intel Core i7, entre a 5ª e a 7ª geração (locados).

Contrato nº 136/2023 – CONTRATO DE LOCAÇÃO DE DESKTOPS

A utilização de equipamentos locados contribui para a padronização do ambiente computacional, melhoria do desempenho operacional e redução de custos com manutenção corretiva.

6.3 – Equipamentos de Impressão

O parque de impressão do Município é composto por equipamentos próprios e locados, distribuídos entre os setores, incluindo modelos das marcas HP, Brother e Samsung.

Destaca-se que:

- Há equipamentos próprios de diferentes modelos e capacidades, sem padronização;
- O Município possui 34 (trinta e quatro) impressoras locadas, conforme: Contrato nº 0367/2023 – Locação de impressoras

A estratégia de locação visa garantir maior disponibilidade, manutenção contínua e reposição tecnológica dos equipamentos de impressão.

6.4 – Análise do Cenário Atual

O diagnóstico do parque tecnológico evidencia:

- Heterogeneidade significativa dos equipamentos, dificultando a padronização e gestão;
- Existência de equipamentos obsoletos ou com baixo desempenho, impactando a produtividade dos setores;
- Dependência de equipamentos locados para garantir níveis adequados de desempenho;
- Necessidade de planejamento contínuo de renovação tecnológica, visando maior eficiência operacional.

6.5 – Direcionamento Estratégico

Diante do cenário identificado, recomenda-se:

- Substituição gradual dos equipamentos obsoletos;
- Padronização das configurações de hardware;
- Redução gradual da dependência de computadores e impressoras locados, com substituição por equipamentos próprios, conforme análise de vantajosidade econômica e planejamento orçamentário;
- Alinhamento das futuras aquisições às diretrizes estabelecidas neste PDTIC.

6.6 Sistemas Utilizados

A Prefeitura Municipal de Itirapuã utiliza sistemas informatizados terceirizados para atender às áreas essenciais da administração pública.



Os principais sistemas atualmente em uso são:

Gestão Tributária: sistema utilizado para arrecadação municipal, emissão de guias, atualização cadastral e controle da dívida ativa;

Gestão Financeira e Orçamentária: sistema integrado que contempla contabilidade pública, folha de pagamento, compras, licitações e execução orçamentária;

Saúde: e-SUS/PEC, utilizado para atenção básica, prontuários eletrônicos, consultas, procedimentos e imunização;

Assistência Social: ferramentas para registros sociais e integração parcial ao CadÚnico, utilizadas para acompanhamento de famílias e benefícios;

Outros sistemas complementares: ferramentas de protocolo, emissão de documentos, tramitação interna e controle de processos administrativos.

6.7 Serviços de Internet e Telefonia

Os prédios públicos do Município de Itirapuã contam com serviços de internet banda larga, porém a velocidade, estabilidade e capacidade variam significativamente entre as secretarias. Há registros frequentes de lentidão e instabilidade, o que compromete o uso de sistemas online e atividades administrativas que dependem de conectividade contínua.

No que se refere à telefonia, o município utiliza troncos conectados a uma central PABX Intelbras Impacta 140. Existem alguns ramais IP internos, mas a central é locada e não dispõe de gerenciamento/escala adequados.

A conectividade móvel também apresenta restrições em diferentes áreas do município, prejudicando o trabalho de equipes externas, como saúde, fiscalização e obras.

6.8 Pessoal de TI

O município não dispõe de um quadro estruturado de profissionais de Tecnologia da Informação. Atualmente, a área de TI conta com 1 servidor responsável e apoio terceirizado sob demanda, responsáveis por atividades essenciais como suporte técnico, manutenção de equipamentos e atendimento a demandas de sistemas.

- As demandas de tecnologia são tratadas de forma reativa, com foco principalmente em manutenção corretiva;
- Existe alta dependência de empresas terceirizadas para suporte, atualizações de sistemas e soluções técnicas mais complexas.

7. REFERENCIAL ESTRATÉGICO

O Referencial Estratégico estabelece as bases que orientarão a atuação da área de Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura Municipal de Itirapuã ao longo da vigência do PDTIC. Ele reúne os elementos essenciais que definem o propósito, a direção e os princípios que guiam a TI municipal, permitindo que as



ações planejadas estejam alinhadas às necessidades da administração pública e às diretrizes de modernização do governo digital.

Nesta seção são apresentados a Missão, Visão e Valores da TI, que representam a identidade institucional do setor, bem como a Análise SWOT, instrumento estratégico utilizado para identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas ao ambiente tecnológico atual.



Figura 1: Três círculos interligados com os termos Missão, Visão e Valores.

7.1 Missão

Promover soluções tecnológicas eficientes, seguras e inovadoras que apoiem a gestão pública, ampliem a transparência, aprimorem os serviços ao cidadão e garantam suporte confiável às atividades das secretarias municipais.

7.2 Visão

Ser uma área de Tecnologia da Informação moderna, integrada e estrategicamente reconhecida pela capacidade de transformar digitalmente os serviços públicos, assegurando infraestrutura estável, sistemas eficientes e atendimento ágil às demandas da administração e da população.

7.3 Valores

Transparência – promover clareza nas ações e processos de TI;

Segurança – garantir confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações municipais;

Eficiência – buscar soluções que otimizem tempo e recursos;

Colaboração – atuar de forma integrada com todas as secretarias;

Responsabilidade – zelar pelo uso correto dos recursos tecnológicos;

Inovação – incentivar a adoção de novas tecnologias que agreguem valor ao serviço público.

7.4 Análise SWOT

A Análise SWOT é uma ferramenta fundamental no processo de planejamento estratégico, permitindo avaliar o contexto interno e externo da Tecnologia da Informação no município. Por meio dela, é possível identificar de forma objetiva:



Figura 2: Concepção de análise SWOT

Forças: aspectos positivos e capacidades internas já existentes;

Fraquezas: limitações, deficiências e desafios estruturais a serem superados;

Oportunidades: possibilidades de melhoria, expansão ou inovação disponíveis no ambiente externo;

Ameaças: fatores externos que podem impactar negativamente os serviços e projetos de TI.

A partir desse diagnóstico estratégico, torna-se possível direcionar ações de forma mais assertiva, priorizar investimentos, reduzir riscos e orientar a evolução da infraestrutura, dos sistemas e dos serviços de TI, garantindo maior eficiência, segurança e qualidade na prestação de serviços públicos.

Tabela SWOT			
Forças (S)		Oportunidades (O)	
S01	Gestão pública comprometida com a modernização tecnológica	O01	Programas estaduais e federais de apoio ao Governo Digital
S02	Existência de sistemas essenciais nas áreas de Saúde, Administração, Finanças e Tributação.	O02	Possibilidade de implantação de sistema de gestão municipal integrado
S03	Adoção de ferramentas básicas de uso administrativo (protocolos, documentos etc.)	O03	Avanço da cultura de digitalização e serviços on-line
S04	Estrutura mínima de conectividade já implantada	O04	Adoção de soluções em nuvem para ampliar segurança e disponibilidade
S05	Apoio institucional para implementação de projeto de telefonia IP	O05	Implantação de telefonia IP e SIP Trunk reduzindo custos
S06	Modernização gradativa iniciada em alguns setores	O06	Disponibilidade de convênios e financiamentos para modernização
S07	Flexibilidade para reestruturar	O07	Crescimento do mercado de soluções



	processos e padrões de TI		de baixo custo e alta performance
S08	Facilidade de reorganização devido ao porte do município	O08	Melhoria da conectividade local com a expansão de provedores de fibra
S09	Abertura da gestão para novas práticas de governança digital	O09	Maior demanda social por serviços digitais estimulando modernização
Fraquezas (W)		Ameaças (T)	
W01	Parque tecnológico obsoleto (CPUs antigas, HDD, DDR2/DDR3)	T01	Ataques cibernéticos devido à ausência de firewall corporativo
W02	Rede interna despadronizada e com equipamentos domésticos	T02	Falhas de internet afetando sistemas críticos
W03	Ausência de firewall corporativo dedicado (uso de RB2011 da provedora)	T03	Dependência elevada de suporte e sistemas terceirizados
W04	Cabeamento irregular, exposto e sem padrão técnico	T04	Aumento de tentativas de phishing e engenharia social contra órgãos públicos
W05	CFTV desatualizado (DVRs antigos e câmeras analógicas)	T05	Restrições orçamentárias que podem limitar investimentos
W06	Telefonia fixa tradicional sem gerenciamento adequado	T06	Evolução tecnológica rápida, dificultando atualização contínua
W07	Falta de equipe de TI suficiente para governança e segurança	T07	Interrupções operacionais causadas por falhas em equipamentos antigos
W08	Processos internos ainda dependentes de etapas manuais	T08	Exigências crescentes de transparência e digitalização pública

8. NECESSIDADES E DEMANDAS

Durante o processo de diagnóstico e nas reuniões realizadas com os setores da PMI, foram identificadas necessidades específicas por área, bem como demandas gerais relacionadas à infraestrutura de tecnologia da informação, segurança, conectividade e modernização dos processos administrativos.

8.1 Administração / Finanças / Tributação

- Atualização e maior integração dos sistemas de gestão financeira, contábil e tributária;
- Automação de processos internos (protocolo eletrônico, emissão de certidões digitais e tramitação eletrônica);
- Melhoria na emissão de relatórios gerenciais para apoio à tomada de decisão;
- Necessidade de equipamentos atualizados e rede estável para garantir o funcionamento dos sistemas;
- Substituição de impressoras antigas e descentralizadas por soluções mais eficientes e padronizadas;
- Implementação de controles de acesso e segurança da informação.



8.2 Saúde

- Ampliação da informatização das unidades de saúde, com computadores atualizados e conectividade estável;
- Implantação de prontuário eletrônico em todas as unidades;
- Melhoria na conectividade móvel para equipes em campo (ESF e agentes de saúde);
- Modernização do cabeamento estruturado e substituição de roteadores domésticos por equipamentos profissionais;
- Melhoria no CFTV das unidades de saúde, substituindo câmeras analógicas e DVRs antigos.

8.3 Educação

- Modernização dos laboratórios de informática e da rede das escolas;
- Expansão do acesso à internet de qualidade em todas as unidades de ensino;
- Atualização de computadores, notebooks e rede Wi-Fi para equipamentos profissionais;
- Substituição de APs domésticos por solução corporativa com gerenciamento centralizado;
- Implantação e melhorias no sistema de segurança (CFTV).

8.4 Assistência Social

- Informatização completa dos serviços e maior integração com o CadÚnico;
- Sistema de gestão para acompanhamento de benefícios sociais e famílias atendidas;
- Capacitação dos servidores para uso dos sistemas;
- Melhoria nos computadores e na conectividade das unidades;
- Substituição de impressoras e reorganização do ambiente de rede.

8.5 Obras / Serviços Urbanos / Agricultura / Meio Ambiente

- Informatização de processos de licenciamento, fiscalização e emissão de documentos;
- Ferramentas para controle de frota e gestão de máquinas/equipamentos;
- Modernização do parque tecnológico utilizado pelas equipes;
- Implantação de conectividade estável em unidades e pontos estratégicos.

8.6 Gabinete / Comunicação

- Reestruturação do site institucional, com adequação à LAI (Lei nº 12.527/2011), conformidade à LGPD e requisitos de acessibilidade digital;
- Criação ou ampliação dos canais digitais de comunicação com o cidadão (aplicativo, ouvidoria online, protocolos digitais);
- Modernização dos servidores, sistemas e plataformas utilizadas na comunicação institucional;
- Atualização do CFTV e das ferramentas de segurança.

8.7 Demandas Gerais de Infraestrutura e Segurança de TI

Além das necessidades específicas de cada secretaria, foram identificadas demandas transversais que impactam toda a administração pública:



- Renovação do parque tecnológico (computadores, notebooks e equipamentos de rede);
- Substituição de switches antigos e hubs por equipamentos gerenciáveis com suporte a VLAN e QoS;
- Implantação de firewall corporativo com gestão centralizada e políticas de segurança;
- Reestruturação completa do cabeamento estruturado, eliminando trechos irregulares, expostos ou compartilhados com fiação elétrica;
- Padronização da rede Wi-Fi com Access Points corporativos e controlador unificado;
- Implantação de controle de acesso aos computadores via Active Directory (AD);
- Criação de políticas de segurança da informação e backup;
- Substituição do sistema de telefonia tradicional por telefonia IP/VoIP integrada;
- Modernização do CFTV municipal, substituindo câmeras analógicas e DVRs antigos por equipamentos IPs;
- Necessidade de serviços em nuvem para aumentar disponibilidade e proteção;
- Redução da dependência de equipamentos improvisados e domésticos;
- Estruturação de equipe mínima e capacitada de TI para governança, suporte e segurança.

9. PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS (2025-2028)

Considerando critérios de impacto no serviço público, urgência, riscos tecnológicos, viabilidade técnica e disponibilidade orçamentária, foram priorizadas as seguintes ações para o período de vigência do PDTIC:

9.1 Curto Prazo (dezembro/2025–dezembro/2026)

Ações essenciais, de alta urgência e impacto imediato na prestação dos serviços:

- Implantação de aplicativo municipal para centralizar serviços digitais ao cidadão;
- Reestruturação do site institucional, com adequação à LAI, LGPD e acessibilidade;
- Implantação de sistema integrado de gestão;
- Aquisição de smartphones para uso institucional, destinados aos setores da Administração, Educação, Assistência Social e Saúde;
- Melhoria dos links de internet das unidades;
- Renovação do parque tecnológico, com substituição de equipamentos obsoletos;
- Implantação de switches gerenciáveis e segmentação de rede por VLANs;
- Implantação de firewall corporativo na Prefeitura;
- Padronização da rede Wi-Fi com access points corporativos;
- Atualização do sistema de CFTV existente;
- Implantação de infraestrutura de rede e segurança nas unidades da Assistência Social (CRAS e Órgão Gestor);
- Implantação de sistema de CFTV nas unidades do CRAS, CCI e Órgão Gestor;
- Substituição gradual de computadores locados por equipamentos próprios;
- Redução gradual da dependência de impressoras locadas com substituição por equipamentos próprios.

9.2 Médio Prazo (janeiro/2027–dezembro/2027)



Ações estruturantes que ampliam a capacidade tecnológica do município:

- Implementação de solução de backup com rotinas automatizadas;
- Implantação do Active Directory (AD) para controle de acesso centralizado;
- Substituição gradual de computadores locados por equipamentos próprios;
- Redução gradual da dependência de impressoras locadas com substituição por equipamentos próprios.
- Consolidação da telefonia IP/VoIP com SIP Trunk;

9.3 Longo Prazo (janeiro/2028–dezembro/2028)

Iniciativas de maior complexidade ou dependentes de maturidade tecnológica:

- Redução gradual da dependência de impressoras locadas com substituição por equipamentos próprios.
- Reestruturação do cabeamento estruturado para padronização da infraestrutura de TI.
- Modernização completa do CFTV municipal, com integração e monitoramento unificado.

10. DIRETRIZES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O presente capítulo estabelece as diretrizes gerais e os objetivos estratégicos que orientarão as ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Prefeitura Municipal de Itirapuã ao longo do período de 2025 a 2028. As diretrizes foram definidas a partir do diagnóstico, da análise SWOT, das necessidades levantadas junto às secretarias e das prioridades identificadas pela gestão municipal, garantindo alinhamento entre planejamento, governança e execução.

10.1 Alinhamento com o PPA e demais planos municipais

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) de Itirapuã está alinhado:

- Ao Plano Plurianual (PPA 2025–2028), que orienta investimentos e políticas públicas municipais;
- Às Leis Orçamentárias (LDO e LOA), responsáveis por definir recursos, limites e prioridades para execução das ações;
- Aos planos setoriais municipais (educação, saúde, assistência social, obras e meio ambiente), garantindo que a TIC atue como suporte e catalisadora das políticas públicas;
- À Estratégia de Governo Digital (EGD) federal, que promove digitalização de serviços, transparência e inclusão digital;
- Às diretrizes de governo digital do Estado de São Paulo, reforçando a modernização administrativa e a ampliação dos serviços digitais.

Esse alinhamento assegura que as ações de TIC sejam coerentes com o planejamento institucional e com as necessidades reais do município.



10.2 Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (2025–2028)

Com base no diagnóstico, nas necessidades identificadas e nas prioridades da gestão, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos para o período:

Modernizar e padronizar a infraestrutura tecnológica:

- Renovar o parque de equipamentos de TI;
- Substituir HDD por SSD e ampliar memória em equipamentos compatíveis;
- Expandir e melhorar a conectividade em todas as secretarias, escolas e unidades de saúde;
- Padronizar redes cabeadas e Wi-Fi com equipamentos corporativos;
- Adotar soluções em nuvem de forma gradual e segura.

Promover a digitalização e integração dos serviços públicos:

- Implantar sistemas integrados de gestão (financeira, tributária, escolar e social);
- Digitalizar processos administrativos e documentos, reduzindo papel e retrabalho;
- Disponibilizar serviços digitais ao cidadão, ampliando eficiência e acessibilidade;
- Automatizar rotinas internas por meio de protocolo eletrônico e assinaturas digitais.

Fortalecer a governança e a gestão de TI:

- Estruturar processos formais de planejamento e acompanhamento de projetos de TIC;
- Criar mecanismos de priorização, análise e aprovação de demandas de TI;
- Definir indicadores para monitoramento de resultados e qualidade dos serviços;
- Ampliar a capacitação dos servidores municipais para uso eficiente da tecnologia.

Garantir a segurança da informação e a conformidade legal:

- Implantar políticas e práticas de segurança da informação;
- Adequar sistemas e procedimentos à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Adotar rotinas de backup, controle de acessos e proteção contra incidentes cibernéticos;
- Implementar firewall corporativo, segmentação de rede (VLAN) e AD.

Aumentar a transparência e a comunicação com o cidadão:

- Reestruturar o portal da Prefeitura, garantindo acessibilidade, clareza e atualização;
- Ampliar a oferta de dados abertos e informações sobre obras, serviços e despesas públicas;
- Criar e fortalecer canais digitais de comunicação direta, como ouvidoria online e aplicativo municipal.

Fomentar a inclusão digital:

- Expandir o acesso à internet nas escolas e espaços públicos;
- Implantar laboratórios de informática educativos e comunitários;
- Apoiar programas de capacitação em tecnologia para estudantes, servidores e cidadãos.

11. PLANO DE AÇÕES E METAS

Este plano consolida as ações estratégicas necessárias para modernizar a infraestrutura tecnológica, fortalecer a governança de TIC e aprimorar os serviços públicos oferecidos pelo Município de Itirapuã.

– As ações foram definidas com base:

- No diagnóstico técnico;
- Nas necessidades levantadas pelas secretarias;



- Na análise SWOT;
- Nas diretrizes estratégicas;
- E na priorização estabelecida para o período de 2025–2028.

Cada ação está organizada com seu respectivo objetivo, prazo, responsável e indicador.

11.1 Ações Prioritárias (Curto Prazo – dezembro/2025 a dezembro/2026)

Código	Ação	Objetivo Estratégico	Responsável	Indicador	Prazo
A01	Aplicativo municipal de serviços ao cidadão	Transformação digital	Gabinete / TI	Aplicativo publicado e disponível (meta: 100%)	Até abril/2026
A02	Reestruturação do site institucional (LAI, LGPD, acessibilidade)	Transparência	Gabinete / Comunicação/TI	Site publicado atendendo LAI, LGPD e acessibilidade (meta: 100%)	Até abril/2026
A03	Implantação de sistema integrado de gestão	Integração de processos	Administração / Finanças / TI	Sistema de gestão implantado e em operação nos setores previstos (meta: 100%)	Até dez/2026
A04	Aquisição de smartphones para uso institucional	Modernização da comunicação institucional e apoio às atividades administrativas	TI / Administração	Quantidade de aparelhos adquiridos e em uso institucional (meta: 10 unidades)	Até jun/2026
A05	Melhoria dos links de internet das unidades funcionais	Garantir disponibilidade	TI	Percentual de unidades com link \geq 200 Mbps (meta: 100%)	Até out/2026
A06	Substituição gradual de computadores locados por equipamentos próprios	Otimizar custos operacionais e modernizar a infraestrutura tecnológica	TI / Administração	Percentual de equipamentos substituídos (meta: 30%)	Até dez/2026



A07	Redução gradual da dependência de impressoras locadas com substituição por equipamentos próprios	Otimizar custos operacionais e racionalizar os serviços de impressão	TI / Administração	Percentual de redução de impressoras locadas (meta: 30%)	Até nov/2026
A08	Implantação de switches gerenciáveis e VLANs	Segurança e segmentação	TI	Quantidade de unidades com VLAN implementada (meta: 3)	Até dez/2026
A09	Implantação de firewall corporativo na Prefeitura Municipal	Segurança da informação	TI	Firewall corporativo implantado e ativo (meta: 100%)	Até jul/2026
A10	Padronização da rede Wi-Fi com APs corporativos	Estabilidade e padronização	TI	Quantidade de unidades com Wi-Fi corporativo padronizado (meta: 3)	Até dez/2026
A11	Atualização do CFTV (Correção de câmeras inoperantes)	Segurança física	TI / Setores	Percentual de câmeras corrigidas (meta: 50%)	Até dez/2026
A12	Implantação de infraestrutura de rede e segurança nas unidades da Assistência Social	Fortalecer a segurança da informação e a infraestrutura tecnológica	TI / Assistência Social	Unidades com infraestrutura implantada (meta: 100% CRAS e Órgão Gestor)	Até dez/2026
A13	Implantação de sistema de CFTV nas unidades da Assistência Social	Reforçar a segurança física e patrimonial	TI / Assistência Social / Administração	Unidades com CFTV instalado (meta: 100% CRAS, CCI e Órgão Gestor)	Até dez/2026

11.2 Ações Estratégicas (Médio Prazo – janeiro/2027 a dezembro/2027)

Código	Ação	Objetivo Estratégico	Responsável	Indicador	Prazo
---------------	-------------	-----------------------------	--------------------	------------------	--------------



A14	Substituição gradual de computadores locados por equipamentos próprios	Otimizar custos operacionais e modernizar a infraestrutura tecnológica	TI / Administração	Percentual de equipamentos substituídos (meta: 100%)	Até nov/2027
A15	Redução gradual da dependência de impressoras locadas com substituição por equipamentos próprios	Otimizar custos operacionais e racionalizar os serviços de impressão	TI / Administração	Percentual de redução de impressoras locadas (meta: 80%)	Até dez/2027
A16	Implementação de sistema de backup (NAS)	Segurança da informação	TI	Sistema de backup implantado e executando rotinas automáticas (meta: 100%)	Até dez/2027
A17	Implantação do Active Directory (AD)	Controle de acesso	TI	Percentual de máquinas integradas ao AD (meta: 80%)	Até dez/2027
A18	Consolidação da telefonia IP/VoIP com SIP Trunk	Telefonia moderna	TI	Percentual de ramais ativos em VoIP (meta: 70%)	Até dez/2027

11.3 Ações Avançadas (Longo Prazo – janeiro/2028 a dezembro/2028)

Código	Ação	Objetivo Estratégico	Responsável	Indicador	Prazo
A19	Redução gradual da dependência de impressoras locadas com substituição por equipamentos próprios	Otimizar custos operacionais e racionalizar os serviços de impressão	TI / Administração	Percentual de redução de impressoras locadas (meta:100%)	Até jun/2028
A20	Reestruturação do cabeamento estruturado	Padronizar infraestrutura	TI / Obras	Percentual de prédios administrativos com cabeamento estruturado padronizado	Até jul/2028



				(meta: 70%)	
A21	Modernização completa do CFTV municipal	Monitoramento unificado	TI	Quantidade de unidades integradas ao sistema unificado de CFTV (meta: 100%)	Até setem/2028

12. GOVERNANÇA DE TIC

A governança de Tecnologia da Informação e Comunicação é o conjunto de estruturas, processos e mecanismos que garantem que a TIC atue de forma alinhada às estratégias da Prefeitura Municipal de Itirapuã, promovendo eficiência, transparência, segurança e continuidade dos serviços públicos. Este capítulo define as instâncias responsáveis, os métodos de acompanhamento e o processo de revisão do PDTIC durante sua vigência.

12.1 Estrutura de Governança

Para assegurar a execução, acompanhamento e atualização contínua do PDTIC, será adotada a estrutura definida pela **Portaria Municipal nº 57, de 23 de setembro de 2025**, que instituiu o CGTIC.

O CGTIC é composto por representantes das principais áreas estratégicas da administração municipal, conforme estabelecido na portaria:

- Secretário Municipal de Finanças;
- Procuradora Geral;
- Procurador;
- Secretária de Gabinete;
- Responsável pela área de Tecnologia da Informação;

Essa composição garante participação direta das áreas administrativas, financeiras, jurídicas e técnicas, fortalecendo a governança, a tomada de decisão e o alinhamento entre as ações de TIC e as políticas públicas municipais.

12.2 Atribuições do CGTIC

- Avaliar e aprovar as iniciativas de TIC previstas no PDTIC;
- Priorizar demandas conforme critérios estratégicos e disponibilidade orçamentária;
- Acompanhar a execução das ações, projetos e metas;
- Deliberar sobre ajustes, revisões ou reprogramações do PDTIC;
- Garantir alinhamento da TIC às diretrizes do PPA, LDO, LOA, LGPD e Estratégia de Governo Digital;
- Incentivar boas práticas de segurança da informação e governança tecnológica.



12.3 Forma de Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento da execução do PDTIC ocorrerá de forma sistemática, utilizando os indicadores, metas e cronogramas estabelecidos no Plano de Ações.

A área de Tecnologia da Informação será responsável pela elaboração de relatórios anuais, contendo a análise detalhada da execução das ações previstas. Esses relatórios serão apresentados ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) para avaliação, deliberação e registro em ata.

Cada relatório anual deverá conter, no mínimo:

- Situação das ações planejadas (executadas, em andamento, não iniciadas ou atrasadas);
- Percentual de cumprimento das metas previstas para o período;
- Principais dificuldades encontradas e seus impactos;
- Recomendações de ajustes, priorizações ou reprogramações necessárias;
- Avaliação dos indicadores de desempenho definidos no PDTIC;
- Sugestões para aperfeiçoamento contínuo dos processos de tecnologia.

Esse processo assegura monitoramento contínuo, tomada de decisão baseada em evidências e alinhamento às prioridades estratégicas da administração municipal.

12.4 Revisões Periódicas

O PDTIC terá vigência de 2025 a 2028, porém será objeto de revisões periódicas para garantir aderência às mudanças tecnológicas, legais, administrativas e operacionais.

Revisões anuais:

Anualmente, o CGTIC avaliará a necessidade de atualização do PDTIC, podendo:

- incluir novas ações,
- ajustar prazos,
- revisar metas,
- alterar prioridades,
- adequar o plano ao orçamento anual (LOA).

Revisões extraordinárias:

Revisões fora do ciclo anual poderão ocorrer a qualquer tempo, desde que:

- deliberadas pelo CGTIC,
- justificadas tecnicamente,
- documentadas em ata,
- e publicadas oficialmente no portal institucional.

Alterações extraordinárias poderão ser motivadas por:

- incidentes de segurança da informação,
- exigências legais (como LGPD e normas federais),
- obsolescência tecnológica crítica,



- disponibilização de novos recursos orçamentários,
- mudanças estruturais nas secretarias.

Essa flexibilidade garante a atualidade e a eficácia do PDTIC ao longo de sua vigência.

12.5 Transparência

As informações relativas à execução do PDTIC, bem como os relatórios de acompanhamento anual, serão disponibilizados no portal institucional da Prefeitura, em conformidade com:

- a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI),
- a LGPD,
- e as boas práticas de Governo Digital.

A publicação dessas informações permite que a sociedade acompanhe o andamento das ações de tecnologia, a evolução da modernização da infraestrutura municipal, o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos e o uso eficiente dos recursos públicos.

Dessa forma, o PDTIC reforça a transparência, o controle social e o compromisso da administração com uma gestão pública moderna, aberta e responsável.

13. GESTÃO DE RISCOS DE TIC

Este capítulo estabelece diretrizes para identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando garantir a continuidade dos serviços públicos, a segurança da informação e a adequada utilização dos recursos tecnológicos.

13.1. Metodologia

A gestão de riscos de TIC será realizada com base nas diretrizes da ABNT NBR ISO 31000 e da ISO/IEC 27005, contemplando as seguintes etapas:

- Identificação dos riscos;
- Análise quanto à probabilidade de ocorrência e impacto;
- Avaliação e priorização dos riscos;
- Definição de estratégias de tratamento;
- Monitoramento e revisão periódica.

13.2. Critérios de Avaliação de Riscos

Probabilidade:

- Baixa: ocorrência improvável;
- Média: possibilidade de ocorrência eventual;
- Alta: ocorrência frequente ou iminente.

Impacto:

- Baixo: impacto mínimo nos serviços;
- Médio: impacto moderado nas atividades;



- Alto: impacto significativo ou interrupção dos serviços públicos.

Classificação do Risco:

A classificação será definida com base na combinação entre probabilidade e impacto, permitindo a priorização dos riscos mais críticos.

13.3. Matriz de Riscos de TIC

A seguir, apresenta-se a matriz de riscos identificados, considerando o diagnóstico situacional e as necessidades levantadas neste PDTIC:

ID	Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação	Tratamento
R1	Perda de dados por falha de hardware ou ausência de backup	Alta	Alto	Alto	Implantação de rotinas de backup
R2	Ataques cibernéticos e ameaças digitais	Média	Alto	Alto	Implantação de firewall e antivírus
R3	Acesso indevido a sistemas e informações	Média	Alto	Alto	Controle de acesso e gestão de usuários
R4	Queda de energia elétrica	Alta	Médio	Alto	Uso de nobreaks
R5	Falha de conectividade com a internet	Média	Alto	Alto	Contratação de link redundante
R6	Equipamentos obsoletos	Alta	Médio	Alto	Renovação do parque tecnológico
R7	Rede de dados despadronizada	Alta	Médio	Alto	Reestruturação da rede
R8	Dependência de fornecedores externos	Média	Médio	Médio	Gestão contratual e diversificação
R9	Vazamento de informações	Baixa	Alto	Médio	Implementação de política de segurança
R10	Ausência de monitoramento de TIC	Média	Médio	Médio	Implantação de ferramentas de monitoramento

13.4. Tratamento dos Riscos

Os riscos identificados poderão ser tratados por meio das seguintes estratégias:

- **Mitigar:** reduzir a probabilidade ou impacto do risco;
- **Evitar:** eliminar a causa do risco;
- **Transferir:** compartilhar o risco com terceiros;
- **Aceitar:** quando o risco for considerado tolerável.

As ações de tratamento deverão estar alinhadas ao Plano de Ações e Metas deste PDTIC.

13.5. Responsabilidades



- **Setor de Tecnologia da Informação:** responsável pela identificação, análise e monitoramento dos riscos;
- **Comitê de Governança de TIC (CGTIC):** responsável pela avaliação, priorização e acompanhamento dos riscos;
- **Alta Administração:** responsável pela aprovação e viabilização das ações necessárias.

13.6. Monitoramento e Revisão

A gestão de riscos de TIC será revisada periodicamente, com periodicidade mínima anual, ou sempre que houver mudanças relevantes no ambiente tecnológico.

Os resultados do monitoramento deverão ser apresentados ao CGTIC, permitindo a atualização das estratégias e ações previstas neste PDTIC.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) de Itirapuã – 2025 a 2028 representa um instrumento estratégico essencial para o fortalecimento da gestão pública municipal. Por meio deste documento, a Prefeitura estabelece uma direção clara para o uso da tecnologia, definindo diretrizes, objetivos e ações que orientam a modernização administrativa, a melhoria dos serviços prestados à população e a eficiência no uso dos recursos públicos.

Além de organizar investimentos em infraestrutura, sistemas, segurança da informação e capacitação dos servidores, o PDTIC promove a transparência e reforça a importância da governança em TIC como elemento central na transformação digital do município. Ao disponibilizar informações e resultados, o plano permite que a sociedade acompanhe a evolução das ações tecnológicas, fortalecendo o controle social e a participação cidadã.

Sua implementação contribuirá diretamente para:

- maior agilidade e qualidade na prestação de serviços públicos;
- integração entre secretarias e racionalização de processos internos;
- fortalecimento da segurança da informação e conformidade com legislações como a LGPD;
- ampliação da inclusão digital de cidadãos e servidores;
- aumento da confiança da população na administração municipal.

Dessa forma, o PDTIC se consolida como um instrumento de gestão e de cidadania, alinhado às necessidades presentes e futuras de Itirapuã, garantindo que a tecnologia seja utilizada de maneira estratégica para promover o desenvolvimento local, a inovação e o bem-estar da comunidade.